

NEOLIBERALISMO E CONSERVADORISMO: EFEITOS SOBRE A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA NO SÉCULO XXI

NEOLIBERALISM AND CONSERVATISM: EFFECTS ON BRAZILIAN PUBLIC EDUCATION IN THE 21ST CENTURY

NEOLIBERALISMO Y CONSERVADURISMO: EFECTOS EN LA EDUCACIÓN PÚBLICA BRASILEÑA EN EL SIGLO XXI

Maria Rosa da Luz Lopes da Conceição¹

Augusto Marques Alves²

Helen Cristiane Viana Alves³

Edcarlos Vasconcelos da Silva⁴

Cristina Picanço de Sousa Corrêa⁵

Cristiane da Silva Barbosa⁶

Sandra Rodrigues Martel⁷

Caroline Gisele Santos Silva⁸

Charles Campos de Almeida⁹

Janiele da Silva Melo Rabelo¹⁰

RESUMO: O século XXI tem sido marcado pelo avanço de racionalidades neoliberais e conservadoras que têm impactado significativamente as políticas públicas educacionais brasileiras, tensionando o caráter democrático e público da educação. Diante desse cenário, o presente artigo de o objetivo de analisar de que modo a produção acadêmica nacional tem interpretado essas racionalidades e seus efeitos no campo educacional. Para tanto, procede-se à realização de uma pesquisa qualitativa, por meio de uma revisão crítica da literatura, com levantamento de artigos científicos publicados em bases de dados reconhecidas, como SciELO, Portal de Periódicos da CAPES e Google Acadêmico, no período delimitado. A análise dos estudos selecionados foi orientada por uma perspectiva crítico-interpretativa, fundamentada na Análise Crítica do Discurso. Desse modo, observa-se que a literatura converge ao apontar a mercantilização da educação pública, a intensificação do gerencialismo, a padronização curricular e a precarização do trabalho docente como efeitos centrais do neoliberalismo, articulados ao avanço do conservadorismo moral e ao controle ideológico dos conteúdos escolares. O que permite concluir que a convergência entre neoliberalismo e conservadorismo constitui um projeto que fragiliza a função social da escola

1

¹ Doutoranda do Programa em Ciência, Tecnologia e Sociedade - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

² Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas - Faculdade de Teologia e Ciências Humanas.

³ Especialista em Educação Especial - Universidade de Tecnologia do Amapá (FTA).

⁴ Especialista em Docência do Ensino Superior - Faculdade de Teologia e Ciências Humanas (FATECH).

⁵ Mestranda em Educação Inclusiva - Universidade Federal do Amapá-UNIFAP.

⁶ Mestranda em Educação Inclusiva - Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

⁷ Doutor em Saúde Pública - Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

⁸ Mestre em Educação Especial - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

⁹ Mestre em Educação Especial - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

¹⁰ Doutora em Biotecnologia e Biodiversidade - Universidade de Brasília (UNB).

pública, ao mesmo tempo em que evidencia a educação como espaço de disputa e resistência democrática.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Conservadorismo. Educação pública. Políticas educacionais. Democracia.

ABSTRACT: The 21st century has been marked by the rise of neoliberal and conservative rationalities that have significantly impacted Brazilian public education policies, placing strain on the democratic and public nature of education. Against this backdrop, this article aims to analyze how national academic scholarship has interpreted these rationalities and their effects on the educational landscape. To this end, a qualitative study was conducted using a critical literature review, surveying scientific articles published in recognized databases—such as SciELO, the CAPES Journal Portal, and Google Scholar—within the specified timeframe. The analysis of the selected studies was guided by a critical-interpretive perspective grounded in Critical Discourse Analysis. The literature consistently points to the commodification of public education, the intensification of managerialism, curricular standardization, and the erosion of teaching conditions as key effects of neoliberalism, all linked to the rise of moral conservatism and ideological control over school curricula. This leads to the conclusion that the convergence of neoliberalism and conservatism constitutes a project that undermines the social function of public schools, while simultaneously highlighting education as a site of contestation and democratic resistance.

Keywords: Neoliberalism. Conservatism. Public education. Educational policies. Democracy.

RESUMEN: El siglo XXI se ha caracterizado por el avance de racionalidades neoliberales y conservadoras que han impactado significativamente las políticas públicas educativas brasileñas, debilitando el carácter democrático y público de la educación. En este contexto, este artículo busca analizar cómo la producción académica nacional ha interpretado estas racionalidades y sus efectos en el ámbito educativo. Para ello, se realizó una investigación cualitativa mediante una revisión crítica de la literatura, con una consulta de artículos científicos publicados en bases de datos reconocidas como SciELO, CAPES Periodicals Portal y Google Scholar, dentro del período definido. El análisis de los estudios seleccionados se guió por una perspectiva crítico-interpretativa, fundamentada en el Análisis Crítico del Discurso. Así, se observa que la literatura converge al señalar la mercantilización de la educación pública, la intensificación del gerencialismo, la estandarización curricular y la precariedad del trabajo docente como efectos centrales del neoliberalismo, articulados con el avance del conservadurismo moral y el control ideológico del contenido escolar. Esto lleva a la conclusión de que la convergencia entre neoliberalismo y conservadurismo constituye un proyecto que debilita la función social de las escuelas públicas, al tiempo que resalta la educación como un espacio para el debate y la resistencia democrática.

Palabras clave: Neoliberalismo. Conservadurismo. Educación pública. Políticas educativas. Democracia.

1 INTRODUÇÃO

O século XXI tem sido marcado por transformações profundas nas dinâmicas políticas, econômicas e culturais, refletindo uma crise das democracias liberais e o avanço de ideologias

que articulam neoliberalismo econômico e conservadorismo moral. No campo educacional, essas tendências se manifestam em políticas que mercantilizam a escola pública, enfraquecem sua função social e redefinem o desempenho da educação a partir de parâmetros de eficiência, produtividade e controle.

O neoliberalismo, conforme analisam Dardot e Laval (2016), vai além de uma doutrina econômica: trata-se de uma racionalidade política e cultural que produz subjetividades competitivas, individualistas e adaptadas à lógica do mercado. No contexto da educação, essa racionalidade se expressa nas reformas gerenciais, na padronização curricular e na responsabilização docente, estratégias que convertem a escola em uma organização voltada para resultados, esvaziando seu caráter público e crítico (Ball, 2012; Apple, 2019).

Paralelamente, observa-se o crescimento do conservadorismo moral, associado às chamadas novas direitas, que reivindicam uma educação “neutra”, mas que, na prática, buscam controlar os conteúdos escolares e restringir debates sobre gênero, diversidade e direitos humanos (Miguel, 2019; Mouffe, 2018). Essas forças políticas, ao se aliarem ao neoliberalismo, formam um projeto autoritário e excludente, que instrumentaliza a educação para fins ideológicos e mercadológicos.

No caso brasileiro, essa aliança se intensificou a partir da década de 2010, com movimentos como Escola Sem Partido, a influência de grupos religiosos nas políticas educacionais e o avanço da privatização indireta por meio de parcerias público-privadas, fundações empresariais e plataformas digitais (Silva, 2021; Gentili, 2020). Tais fenômenos configuram uma disputa hegemônica pelo sentido da escola pública, tensionando princípios democráticos e direitos conquistados historicamente.

Nas últimas décadas, a ascensão do neoconservadorismo no cenário político global tem se manifestado também no campo educacional, impactando as políticas públicas, a gestão escolar e as práticas pedagógicas. No Brasil, a combinação entre o discurso neoliberal, centrado na eficiência, meritocracia e responsabilização individual, e o conservadorismo moral, que busca controlar conteúdos e valores escolares, tem produzido tensões, principalmente nos aspectos relacionados a função social da escola pública e na formação crítica dos sujeitos.

Diante desse contexto, surge a necessidade análise dos efeitos do neoliberalismo e do conservadorismo sobre a educação pública brasileira no período de 2015 a 2025? Mediante o

panorama atual é pertinente analisar como a literatura científica brasileira, tem abordado e interpretado as consequências do neoliberalismo e do conservadorismo sobre a escola pública.

Diante desse cenário, torna-se urgente compreender como o neoliberalismo e o conservadorismo moldam as políticas públicas de educação, impactando a formação docente, o currículo e o direito à educação crítica e emancipadora. Este estudo se justifica, portanto, pela necessidade de contribuir com a reflexão teórica e política sobre a resistência democrática da escola pública, em um contexto de crescente desmonte de direitos e de avanço das racionalidades autoritárias.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Neoliberalismo como racionalidade política e cultural

O neoliberalismo, mais do que uma doutrina econômica, constitui uma racionalidade de governo que redefine o modo de pensar e organizar a vida social. Para Foucault (2008), trata-se de um projeto que visa governar os indivíduos a partir da lógica do mercado, promovendo a interiorização dos princípios de competitividade, produtividade e autogestão. Assim, o sujeito neoliberal é modelado como “empresário de si mesmo”, responsável individualmente por seu sucesso ou fracasso.

4

Foucault destaca que o neoliberalismo, sob sua perspectiva de racionalidade política e cultural, não se limita a uma simples doutrina econômica ou política, mas constitui uma forma de governamentalidade que se insere nas práticas cotidianas e relações sociais. Ele argumenta que essa racionalidade molda os indivíduos de modo a se comportarem como se motivados por seus interesses próprios, promovendo uma autorregulação que torna a coação externa desnecessária.

Nesse sentido, o neoliberalismo funcionaria como uma tecnologia de governo que atua sutilmente, fazendo os indivíduos se governarem a partir de suas próprias racionalidades internalizadas. Foucault explica que essa lógica de governança não procede de instituições políticas tradicionais ou de um comando explícito, mas de práticas normativas constantes nos relacionamentos sociais e na subjetivação dos indivíduos, transformando os sujeitos. (Corbanezi; Rasia, 2020).

Dardot e Laval (2016) ampliam essa concepção ao afirmar que o neoliberalismo se converteu em uma nova razão do mundo, um paradigma que produz subjetividades alinhadas à racionalidade econômica. Essa forma de governamentalidade não se impõe apenas por coerção, mas por meio da sedução discursiva da liberdade individual e do empreendedorismo, naturalizando desigualdades e esvaziando o sentido coletivo dos direitos sociais.

No campo educacional, Ball (2019) demonstra como essa lógica se materializa em políticas de performatividade, accountability e privatização indireta, transformando as escolas em espaços de gestão empresarial e avaliação constante. As reformas neoliberais na educação pública substituem a noção de direito pela de serviço, e o professor, antes agente político e intelectual, passa a ser visto como executor de metas e resultados.

Apple (2019) complementa essa análise ao indicar que o neoliberalismo opera em aliança com outras forças políticas, especialmente o conservadorismo e o neoconservadorismo religioso, para construir uma hegemonia cultural que redefine a função da escola e o conteúdo curricular.

2.2 CONSERVADORISMO

No século XXI existe uma convergência entre neoliberalismo econômico e conservadorismo moral. Segundo Mouffe (2018), o esvaziamento da democracia liberal e o enfraquecimento das políticas redistributivas abriram espaço para movimentos que se alimentam do descontentamento popular, oferecendo respostas simplistas para problemas complexos.

Essa junção articula-se por meio de uma agenda moral que busca restringir o pluralismo, controlar a produção de conhecimento e revalorizar hierarquias sociais e culturais (Motta, 2022). No Brasil, essa aliança entre mercado e moralidade se manifesta em discursos que associam a escola pública à “doutrinação ideológica”, defendendo uma educação “neutra”, discurso que mascara a tentativa de controle político e censura dos conteúdos escolares (Miguel, 2019).

É importante anotar que tal cenário não é específico do Brasil, pois estas forças políticas ganharam destaque em vários países, com consequências visíveis que Giroux (2017, p. 1) resume da seguinte forma:

No meio de um enorme ataque global ao Estado do bem-estar social e às cláusulas sociais, alimentadas por políticas neoliberais, o contrato social central das democracias liberais foi destruído e com ele também qualquer noção viável de solidariedade, justiça econômica e bem comum. O progresso foi transformado em seu oposto e registra mais desigualdades, sofrimentos e violência. A antiga linguagem dos direitos coletivos deu lugar ao discurso dos direitos individuais, e o vocabulário da colaboração e solidariedade foi deslocado pelo discurso do individualismo radical e o *ethos* áspere da sobrevivência

do mais forte. A ‘liberdade’ se transformou em sinônimo de interesse próprio desenfreado e em um racional para abdicar de qualquer senso de responsabilidade moral e política.

Os efeitos políticos e sociais do neoliberalismo sobre as democracias contemporâneas. Ao apontar o “ataque global ao Estado do bem-estar social”, denuncia o processo pelo qual as políticas neoliberais desmantelaram o contrato social que sustentava o equilíbrio entre liberdade individual, direitos coletivos e justiça social nas democracias liberais.

Esse desmonte provocou o enfraquecimento das políticas públicas, o aumento das desigualdades sociais e a dissolução dos valores de solidariedade e bem comum, substituídos pela lógica do individualismo competitivo. O ideal de progresso, antes associado à ampliação de direitos e à inclusão social, foi invertido, tornando-se sinônimo de desigualdade e exclusão.

Nessa nova racionalidade, a linguagem dos direitos coletivos e da colaboração cede lugar ao discurso dos direitos individuais e da sobrevivência do mais forte, o que revela uma mudança profunda na concepção de cidadania. A noção de “liberdade”, central ao pensamento liberal clássico, foi apropriada pelo neoliberalismo e transformada em instrumento de legitimação do egoísmo social e do desengajamento político, onde cada indivíduo é responsabilizado por seu sucesso ou fracasso.

Essa transformação enfraquece os laços sociais, fragmenta a esfera pública e esvazia o sentido ético da participação democrática, conduzindo à crise moral e política das sociedades atuais, nas quais a competição substitui a solidariedade e o interesse coletivo é subordinado à lógica do mercado.

Nesse contexto, o conservadorismo atua, portanto, como mecanismo de legitimação simbólica do neoliberalismo: enquanto este destrói os direitos sociais em nome da eficiência, aquele mobiliza afetos e crenças para manter a coesão moral da sociedade (Fraser, 2020). Assim, o sujeito ideal do neoliberalismo é também o sujeito moralmente “correto”, obediente, competitivo e avesso à crítica.

Com o fortalecimento das influências neoliberais e neoconservadoras no contexto brasileiro, tem-se observado um acelerado processo de retrocesso social, marcado pelo desmonte de direitos e pela desestruturação de políticas públicas historicamente conquistadas por meio da mobilização e da luta popular. Paralelamente, nota-se a expansão de valores conservadores e a projeção política de grupos neopentecostais, fenômeno que tem possibilitado ao

fundamentalismo religioso ampliar significativamente sua presença e poder nas esferas pública e estatal, especialmente a partir da década de 1990 (Palú; Petry, 2020).

O Brasil estar vivenciando em diferentes áreas uma fase conservadora, conhecida como “onda conservadora”. Esse fenômeno trouxe a presença de ações de grupos denominados na contemporaneidade como neoconservadores, que estão atuando no cenário brasileiro, agem de forma autoritária, sendo contrários principalmente aos jornais, emissoras de televisão, redes sociais que apresentem alguma posição a acerca de garantia de direitos de determinados grupos sociais, relacionados as pautas como racismo, gênero, aborto, dentre outras. (Moll, 2015).

De acordo com Moll, existe no país um movimento neoconservador relacionado diretamente com meio político partidário, que são em sua maioria representantes, que atuam no Congresso Nacional com posicionamentos fundamentalistas, baseados em ideias neoconservadoras. Esse panorama político no Brasil estar em amplo desenvolvimento, sendo respaldadas pelas bancadas conservadoras, como as dos evangélicos radicais, ruralistas, militares e fabricantes de armas, que em suas ações sinalizam apoio a políticas antidemocráticas, como a redução da maioridade penal e minoração dos direitos dos trabalhadores. (Bezerra Neto e Santos, 2016).

2.3 Neoliberalismo e conservadorismo nas políticas educacionais

O neoliberalismo e o neoconservadorismo convergem então para moldar um cenário educacional em que as possibilidades de construir uma educação pública como um espaço público de discussão e exercício da democracia ficarão cada vez mais distantes. Assim a educação pública atende as demandas da competitividade do mercado internacional e nacional, reproduz narrativas sobre a educação, estando a serviço do mercado. Nesse sentido, o neoliberalismo vai além do econômico, abrangendo vários setores da sociedade, como a educação pública.

A educação pública torna-se um campo de disputa central nesse contexto. Ball (2019) denomina esse processo de “hibridização das políticas educacionais”, em que se misturam discursos empresariais de eficiência e discursos morais de controle. As reformas curriculares e a gestão por resultados convergem com tentativas de censura e de eliminação de temas relacionados à diversidade, gênero e direitos humanos.

No Brasil, a partir da década de 2010, esse movimento se intensificou com a presença de organizações empresariais e religiosas na formulação de políticas educacionais (Gentili, 2020). Programas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), iniciativas privadas de avaliação e gestão escolar expressam a penetração da lógica de mercado, enquanto projetos como Escola Sem Partido e campanhas moralistas configuram a face conservadora dessa nova governança.

No caso do Programa Escola sem Partido tem o objetivo de alterar o Artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, com foco específico em questões sobre o respeito as convicções dos estudantes e de seus pais ou responsáveis, priorizando aos valores da ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos moral, sexual e religioso, e proibindo a transversalidade ou o uso de técnicas subliminares para o ensino desses temas.

O Escola sem Partido expressa o epílogo de um processo que quer instituir uma lei que define o que é ciência e conhecimentos válidos, e que os professores só podem seguir a cartilha das conclusões e interpretações da ciência oficial, uma ciência supostamente não neutra. Para isso, manipula até mesmo o sentido liberal de política, induzindo a ideia de que a escola no Brasil estaria comandada por um partido político e seus profissionais e os alunos seres sem cognição, passíveis a manipulação. (Frigotto, 2017).

8

Esses fenômenos traduzem o que Dardot e Laval (2016) chamam de “governamentalidade neoliberal ampliada”, na qual o Estado adota a lógica empresarial e os sujeitos são treinados para competir, não para cooperar. Consequentemente, a função social e emancipadora da escola pública é enfraquecida, cedendo lugar a uma educação tecnicista e moralmente regulada.

Importante ressaltar, que essa onda conservadora que vem se erguendo em diferentes partes do mundo, e que tem vislumbrado a instituição escolar como importante agente cultural sobre a qual se levantam forças políticas conservadoras, com o objetivo de maior controle sobre ela. Pertinente considerar nesse contexto, que existem algumas formas de ataque a escola pública que estão em curso há algum tempo no Brasil, não somente a Escola Sem Partido, mas também o processo de militarização das escolas públicas; a legalização do *homeschooling* (ensino domiciliar); e a inclusão do empreendedorismo nos currículos escolares. (Zan; Krawczyk, 2019).

Os elementos apresentados até agora demonstram que os impactos das políticas neoliberais e neoconservadoras no setor educacional no Brasil são significativos e variados, que

descharacterizam a função social dessa instituição e que pode ter consequências, que ainda não estão bem definidas, não se tem a totalidade de seus efeitos sobre a educação pública brasileira.

No entanto não se pode minorar o crescimento da precarização do ensino, sucateamento de condições de ensinar e aprender. A escola pública é um espaço estratégico de formação de valores e é fundamental no desenvolvimento de uma sociedade democrática e independente. Um espaço que, por sua própria condição de público, deve estar orientado pelo interesse coletivo. (Krawczyk, 2018).

2.4 Educação pública, democracia e resistência

Em contraponto a esse cenário, Giroux (2018) propõe a noção de “pedagogia crítica e resistência democrática”, destacando que a escola pública deve ser compreendida como espaço de formação política, cultural e ética. A pedagogia, nesse sentido, não é neutra, ela é sempre um ato político que pode reforçar a dominação ou promover a emancipação.

Nesse contexto, Santos (2019) defende a reconstrução de uma educação democrática e contra hegemônica, baseada nas epistemologias do Sul e no reconhecimento das múltiplas vozes silenciadas pelo neoliberalismo. A educação pública, portanto, deve afirmar-se como um ato de resistência cognitiva e política, capaz de questionar os modelos de sociedade impostos pelo mercado e pelas elites morais.

9

Para Saviani (2018) a educação pública no Brasil atravessa tempos difíceis, de modo geral, onde os setores privatistas vêm obtendo vitórias significativas no ensino superior, avançando também na Educação Básica, especialmente no ensino médio, vêm ganhando força as parcerias público-privadas mediante as quais são transferidos recursos públicos para a iniciativa privada, beneficiada, também, com a abertura indiscriminada de cursos tanto presenciais como a distância.

Dessa forma, segundo o autor, é notório, que o próprio Estado vem articulando e atuando em favor do privado em detrimento do público. Apesar dos defensores da educação pública insistam em afirmar que educação não é mercadoria, nessa forma de sociedade baseada no capital, a mercadorização da educação parece inevitável.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e analítico-interpretativa, uma vez que busca compreender como a literatura científica brasileira tem analisado os efeitos do neoliberalismo e do conservadorismo sobre a educação pública no período de 2015 a 2025. A abordagem qualitativa mostra-se adequada por permitir a interpretação crítica de discursos, categorias analíticas, referenciais teóricos e sentidos produzidos nos estudos examinados.

Trata-se de um artigo de revisão de literatura de caráter narrativo e crítico, cujo objetivo não é apenas descrever a produção científica existente, mas analisar, interpretar e problematizar os modos pelos quais o neoliberalismo e o conservadorismo são conceituados e operacionalizados nos estudos sobre educação pública brasileira. A revisão assume, portanto, uma perspectiva crítica, articulada ao referencial teórico adotado.

O levantamento da produção científica foi realizado em bases de dados reconhecidas na área da Educação e das Ciências Humanas, tais como: Portal de Periódicos da CAPES; SciELO; Google Acadêmico. Foram utilizados descritores combinados por operadores booleanos, tais como: neoliberalismo, conservadorismo, políticas educacionais, educação pública, reformas educacionais, democracia e educação, Escola Sem Partido, privatização da educação.

Os critérios de inclusão dos estudos foram: a) artigos científicos publicados em periódicos brasileiros; b) publicações compreendidas entre os anos de 2015 e 2025; c) textos que abordassem explicitamente o neoliberalismo e/ou o conservadorismo em interface com a educação pública brasileira; d) estudos com fundamentação teórica e metodológica explícita. Foram excluídos: trabalhos duplicados; produções que não tratassem diretamente da educação pública; textos de caráter meramente opinativo ou sem rigor acadêmico.

Os estudos selecionados foram submetidos a leitura exploratória, analítica e interpretativa, com posterior fichamento das informações centrais. Para a sistematização do material, foram construídos quadros analíticos, contemplando: como de autoria e ano de publicação; objetivo do estudo; referencial teórico adotado; abordagem metodológica; principais categorias analíticas; principais efeitos do neoliberalismo e do conservadorismo apontados na educação pública. Essa organização permitiu identificar padrões, recorrências e singularidades na produção científica analisada.

A análise dos dados foi orientada por uma perspectiva crítico-interpretativa, com base nos pressupostos da Análise Crítica do Discurso, conforme Fairclough (2001), articulada à noção foucaultiana de poder, discurso e governamentalidade. Tal articulação possibilitou examinar como os textos científicos produzem sentidos, constroem categorias e legitimam determinadas leituras sobre as políticas educacionais.

A análise concentrou-se na identificação de: concepções de neoliberalismo e conservadorismo mobilizadas pelos autores; efeitos atribuídos a essas racionalidades na educação pública (currículo, gestão, avaliação, trabalho docente, democracia); convergências e divergências teóricas e analíticas entre os estudos; lacunas e silenciamentos na produção científica.

A revisão contempla o período de 2015 a 2025, considerado estratégico por corresponder à intensificação das reformas educacionais e ao avanço de agendas neoliberais e conservadoras no Brasil. Embora o foco seja nacional, a análise dialoga com estudos que abordam contextos regionais, incluindo a Amazônia, quando presentes na literatura.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura científica brasileira publicada entre 2015 e 2025 revela um campo de estudos consolidado, crítico e interdisciplinar, voltado à compreensão dos efeitos do neoliberalismo e do conservadorismo sobre a educação pública. Os resultados foram organizados em eixos analíticos, construídos e discutidos a partir das recorrências temáticas identificadas nos estudos revisados, em consonância com os objetivos da pesquisa, a seguir, com apoio de tabelas de sistematização.

Os estudos revisados concentram-se majoritariamente em periódicos das áreas de Educação, Políticas Públicas e Ciências Sociais, com forte ancoragem teórica crítica. Predominam pesquisas de natureza qualitativa, baseadas em análise documental, análise do discurso e estudos teóricos.

Tabela 1 – Caracterização geral da literatura analisada (2015–2025)

Aspectos analisados	Predominância identificada
Tipo de estudo	Teórico-crítico e documental
Abordagem metodológica	Qualitativa

Principais áreas	Educação, Políticas Públicas, Sociologia
Recorte temporal	Pós-2015
Escala de análise	Nacional, com poucos estudos regionais

Fonte: elaboração própria (2026)

A Tabela 1 revela que a produção científica privilegia análises macroestruturais das políticas educacionais, concentrando-se nos marcos normativos e discursivos. Observa-se menor incidência de pesquisas empíricas voltadas às realidades locais, o que reforça uma lacuna importante no campo da pesquisa.

Os estudos analisados evidenciam uma hegemonia de abordagens críticas, fundamentadas principalmente em referenciais da sociologia crítica, da filosofia política e da pedagogia crítica. Autores como Foucault, Dardot e Laval, Ball, Apple, Giroux, Saviani e Gentili figuram de forma recorrente como base teórica para a análise das políticas educacionais contemporâneas.

A literatura converge ao compreender o neoliberalismo não apenas como uma política econômica, mas como uma racionalidade política e cultural que redefine a função do Estado, da escola e dos sujeitos educativos. Nesse sentido, a educação pública passa a ser analisada como espaço estratégico de produção de subjetividades ajustadas à lógica do mercado, o que confirma as análises de Dardot e Laval (2016) acerca da “nova razão do mundo”.

12

4.1 Efeitos do neoliberalismo sobre a educação pública brasileira

Um dos resultados mais recorrentes diz respeito à mercantilização da educação pública, evidenciada por políticas de gestão gerencial, responsabilização por resultados, avaliações em larga escala e parcerias público-privadas. A literatura aponta que essas políticas deslocam a educação da condição de direito social para a de serviço, submetendo-a a critérios de eficiência, produtividade e competitividade. Como destacado na tabela 2.

Tabela 2 – Principais efeitos do neoliberalismo na educação pública

Dimensão educacional	Efeitos identificados
Gestão escolar	Gerencialismo, metas e performatividade
Curriculo	Padronização e esvaziamento crítico
Avaliação	Centralidade das avaliações em larga escala

Trabalho docente	Intensificação, precarização e perda de autonomia
Função social da escola	Redução da educação a serviço

Fonte: elaboração própria (2026)

Os dados sistematizados na Tabela 2 corroboram as análises de Ball (2012; 2019) e Dardot e Laval (2016), indicando que o neoliberalismo atua como racionalidade de governo que transforma a escola em organização produtiva. A educação deixa de ser compreendida como direito social e passa a ser avaliada por critérios mercadológicos, o que compromete a sua função democrático.

Ball (2012; 2019) é amplamente citado ao demonstrar como a performatividade e o accountability se tornam dispositivos centrais de controle do trabalho docente e da organização escolar. Os estudos analisados indicam que tais mecanismos produzem efeitos como: intensificação e precarização do trabalho docente; padronização curricular; redução da autonomia pedagógica e o enfraquecimento do caráter formativo, crítico e democrático da escola pública. Esses achados corroboram a tese de que o neoliberalismo atua como tecnologia de governo que redefine práticas e sentidos da educação pública.

4.2 Conservadorismo moral e controle dos conteúdos educacionais

13

Outro eixo central identificado na literatura refere-se ao avanço do conservadorismo moral no campo educacional. Os estudos analisados apontam que movimentos e discursos conservadores têm buscado controlar o currículo e restringir debates sobre gênero, sexualidade, diversidade, direitos humanos e justiça social. Resultado central da revisão enfatiza o avanço desse conservadorismo, especialmente por meio de discursos que defendem a neutralidade ideológica e a moralização do currículo.

Tabela 3 – Estratégias do conservadorismo moral na educação segundo a literatura

Estratégias identificadas	Expressões nas políticas e discursos
Discurso da neutralidade	Criminalização da docência crítica
Controle curricular	Restrição a temas de gênero e diversidade
Moralização da escola	Defesa de valores familiares tradicionais
Censura pedagógica	Movimentos como Escola Sem Partido

Aliança política

Aproximação com grupos religiosos e empresariais

Fonte: elaboração própria (2026)

Iniciativas como o movimento Escola Sem Partido aparecem de forma recorrente na literatura como expressão desse conservadorismo, sendo interpretadas como estratégias de censura pedagógica e de criminalização do trabalho docente (Frigotto, 2017; Miguel, 2019). A suposta defesa da “neutralidade” é amplamente questionada pelos autores, que a compreendem como um dispositivo ideológico que oculta disputas de poder e tenta silenciar perspectivas críticas. Os resultados indicam que o conservadorismo atua como complemento simbólico do neoliberalismo, reforçando hierarquias sociais e morais enquanto legitima a retirada de direitos sociais.

4.3 Convergência entre neoliberalismo e conservadorismo nas políticas educacionais

A literatura analisada converge ao apontar que neoliberalismo e conservadorismo não operam de forma isolada, mas articulada. Essa convergência resulta em um modelo de governança educacional que combina: racionalidade empresarial e gerencial; controle moral e ideológico dos conteúdos escolares.

Apple (2019) e Fraser (2020) são frequentemente mobilizados para sustentar a ideia de que essa aliança constitui um projeto autoritário que redefine a função da escola pública, afastando-a de sua função social emancipadora. A educação passa a ser instrumentalizada tanto para atender às demandas do mercado quanto para reforçar valores conservadores.

4.4 Educação pública, democracia e resistência

Apesar do diagnóstico crítico predominante, a literatura também evidencia experiências de resistência e contra-hegemonia no campo educacional. Autores como Giroux (2018), Santos (2019) e Saviani (2008; 2018) defendem a escola pública como espaço de formação política, ética e democrática.

Os estudos analisados ressaltam a importância da pedagogia crítica, da valorização do trabalho docente e da defesa da educação como bem comum. Nesse sentido, a educação pública é compreendida como território de disputa, no qual se confrontam projetos antagônicos de sociedade.

Embora a literatura seja consistente em suas análises críticas, os resultados indicam algumas lacunas importantes: menor número de estudos empíricos que analisem os efeitos dessas políticas em contextos regionais específicos, como a Amazônia; concentração das análises em documentos normativos, com menor atenção às práticas escolares cotidianas; necessidade de aprofundar investigações sobre estratégias concretas de resistência nas redes públicas de ensino. Essas lacunas indicam a necessidade de ampliar pesquisas que articulem políticas educacionais, territórios e sujeitos, especialmente em regiões historicamente marginalizadas.

5 CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo analisar como a literatura científica brasileira, publicada entre 2015 e 2025, tem examinado os efeitos do neoliberalismo e do conservadorismo sobre a educação pública brasileira. A partir de uma revisão crítica da produção acadêmica, foi possível sintetizar os principais achados e contribuições desse campo de pesquisa, evidenciando tendências analíticas, consensos teóricos e lacunas investigativas.

Os resultados do estudo indicam que a literatura converge ao compreender o neoliberalismo como uma racionalidade política e cultural que promove a mercantilização da educação pública, reconfigurando a gestão escolar, o currículo, os processos avaliativos e o trabalho docente. Essa racionalidade desloca a educação da condição de direito social para a de serviço, submetendo-a a critérios de eficiência, produtividade e competitividade, com impactos significativos sobre a função social da escola pública.

De forma articulada, os estudos analisados apontam o avanço do conservadorismo moral como força que atua no controle dos conteúdos educacionais e na tentativa de silenciamento de debates relacionados à diversidade, aos direitos humanos e à formação crítica. A literatura evidencia que a defesa da suposta neutralidade educacional constitui um mecanismo ideológico que reforça práticas de censura pedagógica e enfraquece os princípios democráticos da educação pública.

A análise também demonstra que neoliberalismo e conservadorismo não operam isoladamente, mas se articulam na conformação de um projeto educacional que combina racionalidade empresarial e controle moral, produzindo efeitos profundos sobre a organização da educação pública e sobre os processos de formação dos sujeitos. Essa constatação constitui

uma das principais contribuições teóricas do estudo, ao evidenciar a convergência dessas racionalidades como eixo estruturante das políticas educacionais contemporâneas.

No que se refere às implicações teóricas, o estudo reafirma a relevância de abordagens críticas para a análise das políticas educacionais, destacando a educação pública como campo de disputa hegemônica e como espaço estratégico de resistência democrática. Além disso, ao identificar lacunas na produção científica — especialmente a escassez de estudos empíricos em contextos regionais específicos — o artigo contribui para a orientação de futuras pesquisas no campo.

Conclui-se que a literatura científica brasileira tem oferecido aportes teóricos consistentes para compreender os efeitos do neoliberalismo e do conservadorismo na educação pública, ao mesmo tempo em que evidencia a urgência de fortalecer pesquisas e práticas comprometidas com a defesa da educação como direito, bem comum e fundamento da democracia.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

BALL, Stephen J. **Educação global S.A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: UEPG, 2019.

BEZERRA NETO, L.; SANTOS, F. R. **Neoconservadorismo, movimentos sociais e educação no campo no Brasil**. *Crítica Educativa*, v. 2, n. 1, p. 52-65, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.22476/revcted.v2i1.77>

CORBANESI, Eltom; RASIA José Miguel. Apresentação do Dossiê: racionalidade neoliberal e processos de subjetivação. *MEDIAÇÕES*, Londrina, V. 25, M.2, p. 287-301 mai-ago. 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978–1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRASER, Nancy. **Os perigos do neoliberalismo progressista: e como superá-lo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ: LPP, 2017.

KRAWCZYK, Nora. Introdução. Pp. 11-15. In: KRAWCZYK, Nora (Org). **Escola Pública: tempos difíceis, mas não impossíveis**. Campinas: FE/Unicamp; Uberlândia: Editora Navegando, 2018.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso**: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis: Vozes, 2020.

GIROUX, H. A. **Trump’s neo-nazis and the rise of illiberal democracy**. 2017. Acesso em 3 de agosto de 2025, disponível em Truthout: <https://truthout.org/articles/neo-nazis-in-charlottesville-and-the-rise-of-illiberal-democracy/>

GIROUX, Henry A. **A guerra contra os professores**: a política de destruição da educação pública. Petrópolis: Vozes, 2018.

MACEDO, Roberto Oliveira de. **A escola e os saberes locais na Amazônia**: análises sobre o Programa Escola da Terra no Amapá. Macapá: Universidade Federal do Amapá, 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil**: da Constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MOLL, Roberto. **Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo**: duas faces da mesma moeda? [S. l.]: Unesp, 2015a. Disponível em: <http://unesp.br/semdiplomacia/opinio/2015/43>. Acesso em: 11 maio 2024

17

MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As direitas no Brasil**: da tradição à nova direita (1945–2022). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

PALÚ, Janete; PETRY, Oto. **Neoliberalismo, globalização e neoconservadorismo**: cenários e ofensivas contra a Educação Básica pública brasileira. **Práxis Educativa**, v. 15, e 2015317, p. 1-21, 2020 Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em 28/05/2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. São Paulo: Boitempo, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **A defesa da escola pública no Brasil**: difícil, mas necessária. In: KRAWCZYK, Nora (org.). **Escola Pública: tempos difíceis, mas não impossíveis**. Campinas: FE/UNICAMP; Uberlândia: Navegando, 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

ZAN, Dirce; KRAWCZYK, Nora. **Ataque à escola pública e à democracia**:

notas sobre os projetos em curso no Brasil. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 13, n. 27, p. 607-620, set./dez. 2019. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>>